

Contra ataques, Amagis reafirma a confiança na Justiça Eleitoral

Em encontro com juízes (as) eleitorais e o presidente do TRE-MG, Maurício Soares, nos dias 25 de agosto e 1º de setembro, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, reiterou o apoio e confiança da Associação ao trabalho da Magistratura e da Justiça Eleitoral

nas eleições e na campanha contra a desinformação. Ainda em agosto, a Diretoria da Amagis recebeu candidatos ao Governo de Minas, com os quais reafirmou o compromisso com a defesa da Classe e interlocução com os Três Poderes.

PÁGINAS 10 A 13

Corrida integra associados e incentiva hábitos saudáveis

TIAGO PARRELA



Presidente Luiz Carlos dá a largada na primeira Corrida de Rua da Amagis, na Av. Bandeirantes, em Belo Horizonte

Magistrados e magistradas, da capital e do interior, participaram, no dia 28 de agosto, da 1ª Corrida de Rua da Amagis, promovida pela Associação e a Amagis Saúde. Foram disputadas provas de cinco e dez quilômetros, e caminhada de três quilômetros, que teve caráter participativo.

Além da competitividade, prevaleceram o espírito desportivo, o clima de descontração e a confraternização. O objetivo da prova foi, junto da integração da Classe, incentivar os associados a adotarem hábitos saudáveis e preventivos contra doenças.

PÁGINAS 34 A 36

Atuação garante direito da Classe
PÁGINA 3

Magistratura mineira debaterá desafios do Judiciário no 1º Congresso da Associação

PÁGINA 17

TJ recebe sugestões para aprimoramentos
PÁGINA 8

Valorização dos aposentados é pauta nacional
PÁGINA 4



Rua Albita, 194
Cruzeiro
Belo Horizonte-MG
CEP 30.310-160



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp
(31) 99881-4367

Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista

Integramagis faz 20 anos unindo a Classe
PÁGINAS 14 E 15

Hora de honrar a Independência e a confiança na Justiça Eleitoral

LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS *

Diante da mais difícil eleição da história do país, é hora de reafirmarmos a importância institucional da Justiça Eleitoral. Hoje, no país, só falam mal de quem está no rumo certo e trabalha com competência e eficiência, especialmente aqueles que reagem à ordem democrática e construtiva do Brasil 200 anos independente.

Os juizes e juizas eleitorais não têm o hábito de falar de si, por recato e modéstia, mas sem eles não haveria eleições e, sem essas, não teríamos democracia. Há 90 anos fazem assim, de maneira democrática, republicana e sempre buscando, igualmente, o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, que tem nas urnas eletrônicas o exemplo maior desses compromissos.

Os ataques e a desconstrução dirigidos à Justiça Eleitoral fazem lembrar aquelas disputas paroquiais de quem não sabe perder nem respeitar as regras legais. Tão importante quanto a democracia é a independência do juiz/juíza eleitoral, cuja atuação está consagrada nas zonas eleitorais. Não existiria a primeira sem a segunda.

Esses (as) abnegados (as) magistrados (as) são os principais avalistas do sistema e das urnas eletrônicas durante a festa democrática das eleições. Apesar da onda cega e

orquestrada das fake News, o TRE mineiro tem a virtude de estar sob a direção do equilíbrio e serenidade dos desembargadores Maurício Soares, presidente, e Octavio Boccacini, vice-presidente e corregedor. Não estão sozinhos, e têm a seu lado magistrados e magistradas da envergadura de Paulo Tamburini, Roberta Fonseca e Cristiana Gualberto, além de um corpo técnico de alto nível.

Reconhecidas em todo o mundo pela excelência, a Justiça Eleitoral e as urnas eletrônicas serão mais uma vez valorizadas dentro do próprio Brasil pela confiabilidade e, principalmente, por vencer a mentira, a desconfiança e as injustas agressões.

Dessa maneira, o Brasil tem se reafirmado com uma das maiores democracias do mundo e que, neste Bicentenário da Independência, busca, com a atuação intransferível da Magistratura, aperfeiçoá-la, convencido de que há muito o que avançar, nunca retroceder.

Nesse momento jubiloso, comemoramos a esperança de que, com perseverança, coragem e respeito às instituições, ainda nos transformaremos naquele país amado e "gigante pela própria natureza".

(*) Presidente da Amagis



PRESIDENTE
JUIZ LUIZ CARLOS
REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA
Juíza **Rosimere das Graças do Couto**

VICE-PRESIDENTE FINANCEIRA
Juíza **Roberta Rocha Fonseca**

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Juiz **Jair Francisco dos Santos**

VICE-PRESIDENTE DO INTERIOR
Juiz **Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro**

VICE-PRESIDENTE
SOCIOCULTURAL-ESPORTIVO
Desembargador **Maurício Pinto Ferreira**

VICE-PRESIDENTE DE
APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Desembargadora **Heloísa Helena de Ruiz Combat**

DIRETORA-SECRETÁRIA
Juíza **Ivone Campos Guilarducci Cerqueira**

DIRETOR-SUBSECRETÁRIO
Juiz **Evandro Cangussu Melo**

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
Juíza **Daniela Cunha Pereira**

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bruno Gontijo •
Mtb - MG: 11008

JORNALISTAS
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Imprimaset

TIRAGEM: 2.100 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

"No Bicentenário da Independência, buscamos, com a atuação da Magistratura, aperfeiçoar a democracia, certos de que é preciso avançar, nunca retroceder"

DECISÃO

DIRETORIA CONQUISTA RECONHECIMENTO DE COBRANÇA INDEVIDA DE IMPOSTO DE RENDA .03
ASSOCIAÇÕES DISCUTEM VALORIZAÇÃO DOS APOSENTADOS .04
DIREITOS DA CLASSE SÃO TEMA DE ENCONTRO COM PRESIDENTE DO SENADO .05
ALMG RECEBE APOIO DE 25 ENTIDADES CONTRA O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL .06
AMAGIS APRESENTA SUGESTÕES DE NOVA REGULAÇÃO DOS PROVIMENTOS AO TJ .07
AMAGIS DEFENDE DECISÃO DE JUIZ SOBRE INTERDIÇÃO DE CERESP .08
TRE-MG UNE PODERES EM DEFESA DA ESTABILIDADE NAS ELEIÇÕES .09
AMAGIS ENALTECE PAPEL DOS JUIZES ELEITORAIS PARA A DEMOCRACIA .10
AMAGIS RECEBE CANDIDATOS E REAFIRMA SEU COMPROMISSO COM A DEMOCRACIA .11

MAGISTRATURA CELEBRA SAÚDE E UNIÃO NOS 20 ANOS DE INTEGRAMAGIS .14
PREVENÇÃO REPRESENTA 90% DA SEGURANÇA .16
CONGRESSO DA AMAGIS FORTALECE A MAGISTRATURA MINEIRA .17
CAPACITISMO REFORÇA PRECONCEITO CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .19
COM A INDEPENDÊNCIA, MAGISTRADOS LANÇAM AS BASES DO JUDICIÁRIO .21

SAÚDE

CONSELHO GESTOR DE SAÚDE APROVA CONTAS DE 2022 DO PLANO .33
CORRIDA DA AMAGIS PROMOVE A INTEGRAÇÃO E A SAÚDE DOS MAGISTRADOS .35

Amagis reafirma sua posição em defesa da reparação de danos sofridos pela Magistratura

IZABELA MACHADO



Luiz Carlos com Sérgio Castro na Advocacia-Geral do Estado

Após longo período de trabalho diuturno realizado por diversas diretorias da Amagis, as ações movidas pela Associação para restituição de valores descontados indevidamente dos subsídios e salários de magistrados estão prestes a chegarem a um desfecho em que os danos serão reparados.

Trata-se da restituição de importâncias descontadas indevidamente pelo TJMG para pagamento de imposto de renda, sobre valores recebidos pelos magistrados a título de juros de mora sobre as verbas “Equivalência Salarial” e “URV” relativas ao período de 1994 e 2011.

A Amagis propôs ações na defesa de seus associados, que foram levadas até o Supremo Tribunal Federal. Ali, houve decisão de Repercussão Geral (808) e, retornando ao TJMG, foram proferidas decisões, através dos acórdãos nº 1.0024.13.296442-0/001 e nº 1.0000.16.045934-3/001, que reconheceram o direito dos Associados de terem restituídos os valores indevidamente descontados durante o referido período.

Através da linha de diálogo, que é marca da gestão da Amagis, foi celebrado acordo na Advocacia Geral do Estado

para pôr fim à demanda, com possibilidade do TJMG devolver aos magistrados o valor indevidamente retido.

O acordo foi encaminhado ao Cejusc e, por ordem da 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Ana Paula Nannetti Cai-xeta, posteriormente à Presidência do Tribunal para ouvir a Comissão Administrativa. Com o parecer favorável, a matéria agora vai ao Órgão Especial, conforme nota divulgada pelo presidente desembargador José Arthur Filho.

VANTAGENS PESSOAIS

Outro tema que tem sido objeto de atuação intensa da Amagis é a implementação dos efeitos do Tema 257 do STF, especificamente quanto ao alcance da aplicação das vantagens pessoais, após a vigência da EC 41/2003, sobre os subsídios da Magistratura.

Após controvérsia criada por informação repassada equivocadamente à Presidência e Corregedoria do TJMG, a Amagis esteve no dia 1º de setembro pessoalmente no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) para trazer a real situação relativa ao caso no Tribunal Fluminense.

Na oportunidade, o juiz Luiz Carlos Rezende se reuniu com o presidente do TJRJ, desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, e com os juízes da Presidência, Alexandre Teixeira e Rafael Estrela, além do diretor geral de Gestão de Pessoas, Dr. Gabriel Albuquerque, quando conversaram e tiraram todas as dúvidas sobre a questão.

Assim, a Amagis fez chegar aos membros da Direção e do Órgão Especial do TJMG que, no Rio de Janeiro, foi aplicada integralmente a decisão do STF oriunda da ADI 3854 proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Dessa forma, a Amagis trouxe a segura informação de que todos os magistrados têm direito a incidir suas vantagens pessoais existentes até o advento dos efeitos da EC 41 (independentemente deste ter sido fixado em valor superior ao vencimento anteriormente percebido) sobre os subsídios dos magistrados até o teto constitucional.

O julgamento do tema será retomado no Órgão Especial, onde a Amagis confia plenamente na apreciação segura e independente de seus membros que, por certo, reconhecerão o direito dos magistrados.

DEFESA DA MAGISTRATURA

NACIONAL

Associações discutem valorização dos aposentados

A vice-presidente Administrativa da Amagis e vice-presidente de Assuntos Jurídicos da AMB, juíza Rosimere das Graças do Couto, e o vice-presidente de Saúde da Associação, juiz Jair Francisco dos Santos, participaram, nos dias 10 e 11 de agosto, das reuniões da Coordenadoria da Justiça Estadual e do Conselho de Representantes da AMB.

Entre os principais pontos da reunião, foram debatidas a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 63/2013), que institui a Valorização por Tempo de Magistratura (VTM), e a PEC 555/2006, que prevê a extinção da cobrança previdenciária sobre os proventos de servidores públicos aposentados.

Na ocasião, os dirigentes associativos também conversaram sobre a reposição dos subsídios. Para a presidente da AMB, juíza Renta Gil, o percentual definido

pelo STF não foi o necessário nem o merecido pela Classe, mas aquele possível dentro da realidade atual.

Minas também foi representada pelo assessor da Presidência da AMB, ex-presidente da Amagis e do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, e o diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), desembargador Caetano Levi Lopes.

Ainda no encontro, foi apresentado o calendário das eleições da AMB, que serão realizadas de 8 a 11 de novembro. O regulamento e o cronograma das eleições foram aprovados, no dia 10 de agosto, durante a reunião do Conselho Executivo da AMB. “Usaremos o sistema eletrônico do TRE-DF, o que comprova a nossa confiança no sistema eletrônico da Justiça Eleitoral”, reforçou Renata Gil.

As reuniões ocorreram paralelamente à realização dos IX Jogos Nacionais da Magistratura, em Aracaju (SE). **Leia mais nas páginas 17 e 27.**

FOTOS: AMB



Rosimere do Couto e Jair Francisco, vice-presidentes



Nelson Missias e Renata Gil em debate com associados



Desembargador Caetano Levi, presidente da ENM

BAIXE AGORA O APLICATIVO
PICCHIONI CÂMBIO
E COMPRE HOJE MESMO A SUA
MOEDA ESTRANGEIRA



Disponível na
App Store

DISPONÍVEL NO
Google Play



Associados **AMAGIS** têm
desconto especial na
compra de dólar ou euro

Use os cupons
USDAMG
EURAMG

PICCHIONI
CÂMBIO
DESDE 1945

Central de Atendimento
(31) 3517-0000

site | loja virtual
www.picchioni.com.br
Instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil | Ouvidoria: 0800 601 7100

BRASÍLIA

Direitos da Classe são tema de encontro com presidente do Senado

Em encontro realizado no dia 20 de agosto, em Brasília, os presidentes da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e do Senado, Rodrigo Pacheco, conversaram sobre projetos de interesse da Magistratura em tramitação no Congresso Nacional.

Um dos principais pontos discutidos pelos presidentes da Amagis e do Senado foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 63, que institui a Valorização por Tempo na Magistratura e no Ministério Público (VTM). Rodrigo Pa-

checo já se manifestou publicamente sobre a importância do reconhecimento das excepcionalidades da carreira e da necessidade de que sejam evitadas distorções.

Outro ponto abordado na reunião, foi a PEC 162/19, conhecida como PEC da Permuta, que altera o inciso VIII-A, do artigo 93 da Constituição Federal, autorizando a troca entre juizes de Direito no âmbito de Tribunais de Justiça de diferentes unidades da Federação.

Ainda no encontro, Luiz



Luiz Carlos e o senador Rodrigo Pacheco, em Brasília

Carlos convidou o senador Rodrigo Pacheco para o 1º Congresso da Magistratura Mineira,

que será realizado pela Amagis do dia 30 de novembro a 2 de dezembro, em Belo Horizonte.

Amagis vai à Corregedoria da PM contra desqualificação do Judiciário

A Amagis fez uma representação, no dia 19 de agosto, na Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) contra a ação de agentes da autoridade policial que, em ação midiática, agiram para macular a honra de magistrada mineira.

A medida foi tomada dois dias após o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, divulgar nota de repúdio frente à repercussão de episódio pessoal usado para desabonar a atuação da juíza da Vara da Família, Infância e Juventude, Vilma Lúcia Gonçalves Carneiro, da Comarca de Ubá (Zona da Mata).

Com a representação, a Diretoria da Associação visa à aplicação de penalidade administrativa prevista na Lei Estadual

14.310/2002 aos infratores. Apesar do ocorrido, a Diretoria reafirmou sua confiança na Polícia Militar de Minas Gerais, certa de que atitudes de policiais despreparados receberão a reprimenda devida, mantendo hígida as forças inspiradas no Alferes Tiradentes.

Em nota pública, divulgada no dia 17 de agosto, o presidente da Amagis esclareceu que a magistrada não autorizou ninguém a usar seu nome e cargo, sejam quais forem as situações, e observou que, em agosto, a juíza Vilma Lúcia estava de férias e fora da comarca. “Repudiamos ainda as tentativas infundadas, e até de cunho misógino, de desqualificar a atuação de uma juíza íntegra e correta”, afirmou Luiz Carlos.

Amagis repudia tentativa de desqualificar atuação de magistrada

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) repudia e manifesta estranhamento ante a tentativa de atingir o Judiciário e a Magistratura em face de episódios pessoais que não guardam nenhuma relação entre si.

A juíza da Vara da Família, Infância e Juventude, Vilma Lúcia Gonçalves Carneiro, da Comarca de Ubá, é uma magistrada honrada e exemplo de profissional dedicada e cumpridora da Constituição e das leis.

Não há, nunca houve, em sua trajetória profissional, quaisquer atos que desabonem sua conduta ou que sejam motivo de reparo pelo Tribunal de Justiça de Minas, Corregedoria de Justiça ou Conselho Nacional de Justiça.

A magistrada não autorizou ninguém a usar seu nome e cargo sejam quais forem as situações, até porque está de férias e encontra-se fora da comarca. Repudiamos ainda as tentativas infundadas, e até de cunho misógino, de desqualificar a atuação de uma juíza íntegra e correta.

A Amagis e seu Departamento Jurídico estão atentos para resguardar e defender a honra e a reputação da Magistratura em ataques e provocações como essa, visando depreciar sua atuação.

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2022

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

DIÁLOGO INSTITUCIONAL

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, no dia 19 de agosto, na sede da Associação, a visita do desembargador Geraldo Augusto de Almeida, superintendente Administrativo Adjunto do TJMG. Luiz Carlos ressaltou a experiência do desembargador acumulada em sua carreira e em cargos como o de vice-presidente e presidente do TJMG, de 2016 a 2018, e a importância do diálogo com ele sobre temas de interesse da Classe.

IZABELA MACHADO



DEFESA DA MAGISTRATURA

CARREIRAS DE ESTADO

ALMG recebe apoio de 25 entidades contra o Regime de Recuperação Fiscal

O desembargador Alberto Diniz, ex-presidente da Amagis e atual assessor da Presidência para Assuntos Legislativos, participou, no dia 17 de agosto, de audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para discutir os impactos da adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

O encontro foi conduzido pelo presidente da ALMG, deputado Agostinho Patrus, e contou com a participação de 25 entidades associativas do funcionalismo público estadual. Em 1º de julho, decisão liminar do ministro Nunes Marques, do STF, au-

torizou o Governo de Minas a aderir ao RRF no modelo do Governo Federal.

Em 15 de maio, a Assembleia havia aprovado projeto alternativo autorizando o Estado a refinar parte de suas dívidas junto à União. A ALMG poderá arguir a liminar na Corte Superior.

Na avaliação das Associações presentes na audiência, o modelo de recuperação fiscal pactuado pelo Governo de Minas impõe sacrifícios ao Estado.

Em documento entregue ao presidente da Assembleia, as instituições afirmaram que a adesão ao regime, como foi feita, contraria a autonomia federativa

GEÓRGIA BAÇVAROFF



Alberto Diniz representou a Amagis durante audiência pública

e a independência dos Poderes.

Representando o presidente Luiz Carlos, que estava em Brasília, o desembargador Alberto Diniz reiterou a confian-

ça da Amagis na Assembleia Legislativa e nos parlamentares mineiros para levarem a posição das instituições presentes na audiência a Brasília.

EXPERIÊNCIA.
PROXIMIDADE.
CUIDADO.

CASA **epo**
INOVAÇÃO INSPIRA.



A Casa EPO é mais que uma loja-conceito.

É um **espaço exclusivo**, que foi criado para proporcionar experiências únicas e momentos especiais. Um lugar onde a **inovação está presente em cada metro quadrado**. É a primeira do **Vale do Sereno** e tem como proposta ser um espaço múltiplo, aberto para **inúmeras possibilidades**.

Ela reflete, em sua essência, a **inovação** que há 30 anos **faz parte da história da EPO**.

Visite a **Casa EPO**, nossa loja-conceito no **Vale do Sereno**, e conheça nossos **empreendimentos**.

Rodovia Januário Carneiro, 7.678,
Vale do Sereno. Nova Lima.

Saiba mais em epo.com.br/ano30



30
EPO ANO 30

epo

AG18

AVANTGARDE
18 ANOS CONDUZINDO
A EXCELÊNCIA



AV RAJA GABAGLIA 4343 SANTA LÚCIA CEP 30350577
BELO HORIZONTE MG 31 3264 9797 @avantgardemotors

DEFESA DA MAGISTRATURA

APERFEIÇOAMENTO

Amagis apresenta sugestões de nova regulação dos provimentos ao TJ

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, encaminhou, no dia 26 de agosto, ao presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho, ofício com propostas para nova regulamentação do provimento dos cargos da Magistratura, mediante promoção, remoção e permuta.

As sugestões foram elaboradas por comissão instituída pela Associação, que promoveu estudos técnicos e analisou as sugestões enviadas à Amagis por magistrados e magistradas.

Entre as propostas apresentadas, estão a fixação de critério meramente objetivo para promoção por mereci-

mento, fixação de pontuação objetiva com relação à participação em mutirões e projetos do Tribunal não remunerados e extinção da possibilidade de 'desistência da desistência'.

Também foram enviadas sugestões sobre aferição dos critérios para promoção por merecimento pelo período de 24 meses, em regra; especificação dos parâmetros trazidos pela resolução 08/2021, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, adaptação da resolução 495/2006, do TJMG, à realidade da virtualização dos processos no próprio Tribunal e proibição de prejuízos em ra-

GEORGIA BAÇVAROFF



Comissão analisa sugestões enviadas por associados

zão de afastamentos autorizados pelo Órgão Especial.

A Comissão é formada pelo desembargador Fábio Torres de Souza (presidente), juíza

Renata Cristina Araújo Magalhães (secretária), juíza Flávia Birchal, juiz Aloysio Libano de Paula Júnior e juiz André de Melo e Silva.



Por que ter um seguro de Vida?

A CRD oferece coberturas que asseguram que nem você nem sua família fiquem desamparados financeiramente em casos de acidentes, doenças ou outros imprevistos.

Escolha coberturas conforme suas necessidades e fique tranquilo hoje para enfrentar os imprevistos em todas as situações.

Conheça nossa consultora local



Emmanuelle Moreira

Além de advogada, há mais de 6 anos ela é especialista em seguro de vida.

Atua no mercado de seguros há 14 anos e atende os associados AMAGIS desde 2013.

Venha tomar um café conosco e faça um estudo personalizado sem compromisso com a melhor proteção financeira, familiar e patrimonial.



www.crdseguros.com.br
contato@crdseguros.com.br
0800 404 6868

CRD Filial MG (31) 3568-0477
Ramal AMAGIS (31)3568-3442
WhatsApp (31)99123-4618
Rua Albita, 194 - Bairro Cruzeiro
Sala 403 - 4º Andar - AMAGIS

Amagis defende decisão de juiz sobre interdição de Ceresp

Por meio de nota pública, divulgada no dia 27 de agosto, a Diretoria da Amagis contestou declarações do secretário de Justiça e Segurança Pública do Governo de Minas, Rogério Greco, transferindo a responsabilidade por problemas do Estado para o juiz Daniel Dourado Pacheco, da Vara de Execuções Penais da Comarca de Belo Horizonte, no caso que ficou conhecido como interdição do Ceresp da Gameleira.

No texto, o presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, esclareceu que o juiz Daniel Dourado fez apenas cumprir decisão anterior do TJMG, que, em 2015, homologou acordo com a ausência do Ministério Público, de que a ocupação máxima do Ceresp da Gameleira seria de 727 presos. A medida foi tomada a partir de proposta da Secretaria de Estado de Defesa Social na ação civil pública de número 0024.11.317601-0.

De 2015 até este ano, o Estado tem descumprido a decisão e, inclusive, reduziu o número de vagas da unidade em favor da criação de salas de videoconferência, que são igualmente importantes. A última inspeção judicial no Ceresp da Gameleira computou quase 1.200 presos na unidade, além de serem constatadas irregu-

laridades, como a ausência de atendimento psicossocial, médico e odontológico, da distribuição de kits de higiene, de limpeza interna dos corredores e celas e do sistema de prevenção e combate a incêndio.

Na nota, o presidente da Amagis ponderou que o secretário Rogério Greco estaria mal-informado ou desconhecia a realidade prisional de Minas Gerais e o acordo feito pela própria Secretaria com o TJMG e o Ministério Público.

“Mais do que a reação e respostas inadequadas, o secretário colocou em risco a pessoa do magistrado, atribuindo-lhe culpa de um compromisso assumido pelo próprio Estado, perante o Ministério Público e o TJMG, por conta do descaso e abandono da situação prisional”, afirmou o presidente Luiz Carlos.

Segundo o presidente da Amagis, o juiz Daniel Dourado, honrando as tradições da Magistratura mineira de cuidado e responsabilidade com custodiados e agentes penitenciários, determinou simplesmente o cumprimento do acordo celebrado pelo Estado e o Ministério Público. “São totalmente infelizes a afirmação do secretário de que a decisão foi avulsa e irrefletida. Espera-se sua retratação”, afirmou.

NOTA DA ASSOCIAÇÃO

Mais do que a reação e respostas inadequadas, o secretário colocou em risco a pessoa do magistrado, atribuindo-lhe culpa de um compromisso assumido pelo próprio Estado, perante o Ministério Público e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por conta do descaso e abandono da situação prisional.



Amagis defende e esclarece decisão de juiz que levou à interdição do Ceresp

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vem a público lamentar e contestar as declarações equivocadas do secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado, Rogério Greco, ao transferir a responsabilidade pelos problemas do Estado para o juiz Daniel Dourado Pacheco, da Vara de Execuções Penais da Comarca de Belo Horizonte, no caso que ficou conhecido como interdição do Ceresp da Gameleira.

Mais do que a reação e respostas inadequadas, o secretário colocou em risco a pessoa do magistrado, atribuindo-lhe culpa de um compromisso assumido pelo próprio Estado, perante o Ministério Público e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por conta do descaso e abandono da situação prisional.

Esclarecemos que o secretário está mal-informado ou desconhece a realidade da situação prisional de Minas, onde vários presídios estão interditados pelas mesmas razões, e o acordo feito pela própria Secretaria que dirige e que reconhece um número máximo de presos na unidade de Belo Horizonte.

Magistrado comprometido com a dignidade da pessoa humana, experiente e com mais de 23 anos de judicatura, o juiz Daniel Dourado fez apenas cumprir decisão anterior do Tribunal de Justiça, que homologou acordo com o Ministério Público, em 2015. De lá para cá, o Estado tem descumprido a decisão e, inclusive, reduziu o número de vagas da unidade em favor da criação de salas de videoconferência, que são igualmente importantes.

A decisão da época foi confirmada pelo Tribunal de Justiça quando a Secretaria de Estado de Defesa Social apresentou proposta de acordo na referida ação civil pública (nº 0024.11.317601-0). Pelo acordo feito, a Secretaria se comprometeu a acolher, no Ceresp, durante um ano, 808 detentos. Após um ano, a ocupação máxima seria de 727 presos. O acordo foi homologado com concordância do Ministério Público, que pedia na ação que o Ceresp abrigasse no máximo 404 presos. Após isso, por várias vezes o Ceresp vem apresentando irregularidades quanto à salubridade da unidade e superlotação.

Ao contrário do que disse o secretário, o problema não é novo. Por várias vezes, a Direção do Presídio, o Depen e a própria Secretaria foram informados da situação irregular, mas não houve qualquer proposta de solução. A última inspeção judicial na unidade a encontrou com quase 1.200 presos e foram constatadas irregularidades como a ausência de atendimento psicossocial, de atendimento médico e odontológico, da distribuição de kits de higiene, de limpeza interna dos corredores e celas e do sistema de prevenção e combate a incêndio.

Verificou-se ali situação de total insalubridade, com presos que, por já terem sido condenados, deveriam ter sido remanejados para as penitenciárias e, infelizmente, o Estado não fez a referida movimentação.

Portanto, o juiz Daniel Dourado, honrando as tradições da Magistratura mineira de cuidado e responsabilidade com custodiados e agentes penitenciários, determinou simplesmente o cumprimento do acordo celebrado pelo Estado e o Ministério Público naqueles autos, sendo totalmente infeliz a afirmação do secretário de que a decisão foi avulsa e irrefletida. Espera-se sua retratação.

A decisão do juiz foi dentro de seu dever moral, legal e cristão, sendo prudente, serena e só fez cumprir o que o próprio Estado se comprometeu a fazer contra a insustentabilidade daquela unidade.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2022

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

Portanto, o juiz Daniel Dourado, honrando as tradições da Magistratura mineira de cuidado e responsabilidade com custodiados e agentes penitenciários, determinou simplesmente o cumprimento do acordo celebrado pelo Estado e o Ministério Público naqueles autos, sendo totalmente infeliz a afirmação do secretário de que a decisão foi avulsa e irrefletida. Espera-se sua retratação.

EU LEIO O DECISÃO

Desde o meu ingresso na Magistratura e concomitantemente na Amagis, o jornal DECISÃO tem sido a forma como nós magistrados e magistradas nos informamos sobre os assuntos mais palpitantes da Classe. Nele, temos a oportunidade de conhecer como pensam os colegas, tanto os dirigentes da Associação quanto os magistrados em suas comarcas. É uma leitura indispensável para todos nós.

Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior
Corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais



TRE-MG une Poderes em defesa da estabilidade nas eleições

IZABELA MACHADO

“Estamos trabalhando em conjunto para que as eleições deste ano sejam marcadas pela estabilidade institucional, pela tolerância e, especialmente, pelo respeito à Constituição e às leis”. A afirmação é do presidente do TRE-MG, desembargador Maurício Soares, ao consolidar parceria, no dia 25 de agosto, com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), para o enfrentamento à desinformação nas Eleições 2022 e pela valorização da democracia.

Na assinatura do termo, o presidente da ALMG, deputado Agostinho Patrus, ressaltou a atuação do TRE-MG no esclarecimento dos cidadãos sobre a relevância do voto, da necessidade de se entender as diferentes opiniões e de que, com harmonia, é possível expressar opiniões distintas nas urnas. “A Justiça Eleitoral de Minas Gerais terá toda a capacidade de levar adiante as nossas eleições, e não é um serviço pequeno, afinal, são 853 municípios e mais de 16 milhões de eleitores mineiros para expressarem a sua vontade”, comentou.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezend e Santos, que tem mantido diálogo permanente com o presidente do TRE-MG sobre as condições de trabalho de magistrados e magistradas no dia da votação, observou que o Programa de Enfrentamento da Desinformação, promovido pela Justiça Eleitoral, é mais um instrumento para garantir a tranquilidade durante o pleito.

Luiz Carlos, que foi membro da Corte Eleitoral, também ressaltou a importância da parceria do TRE-MG com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) para garantir a segurança do processo eleitoral, seja na



Paulo Tamburini, Maurício Soares, Octavio Boccalini e Luiz Carlos

“Estamos trabalhando em conjunto para que as eleições deste ano sejam marcadas pela estabilidade institucional, pela tolerância e, especialmente, pelo respeito à Constituição e às leis”

Desembargador Maurício Soares
Presidente do TRE-MG

PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO

SISTEMA DE ALERTA DE DESINFORMAÇÃO

Canal que possibilita o envio de denúncias de violações de termos de uso de plataformas digitais, especificamente relacionadas com a desinformação ou disparo em massa sobre o processo eleitoral.

FRENTE NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO

Coletivo formado por servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras da Justiça Eleito-

ral dispostos(as) a realizar ações concretas contra os efeitos nocivos da desinformação voltada a atacar o processo eleitoral.

PÁGINA FATO OU BOATO

Página criada para centralizar as verificações de informações falsas relacionadas ao sistema eleitoral. Criada em 2020, o Fato ou Boato fomenta a circulação de conteúdos verídicos e estimula a verificação por meio da divulgação de notícias checadas, recomendações e conteúdos educativos.

COALIZAÇÃO PARA CHECAGEM

Rede formada por nove instituições de checagem de verificação de notícias falsas relacionadas ao processo eleitoral. São elas: Lupa, AFP, Aos Fatos, Boatos.org, Uol Confere, Estadão Verifica, Fato ou Fake, Comprova, E-Farsas.

PAUSE!! - BOLETIM DE ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO

Informativo, com periodicidade semanal, que traz dicas e novidades sobre o combate

às notícias falsas, além de dar visibilidade a iniciativas e boas práticas desenvolvidas por nossos parceiros e pela Frente Nacional de Enfrentamento à Desinformação.

30 PÍLULAS CONTRA DESINFORMAÇÃO

A série #DemocraciaEmPílulas oferece informações e esclarecimentos relevantes sobre o processo eleitoral, para que eleitores e eleitores se protejam das narrativas falsas impulsionadas pela desinformação. **Fonte: TSE**

ELEIÇÕES 2022

escolta das urnas ou monitoramento dos locais de votação. “O TRE-MG, com a sua tradição e a expertise dos juízes eleitorais do Estado garantirá, mais uma vez, eleições tranquilas e seguranças, promovendo o exercício da cidadania e valorizando a democracia”, disse.

Para levar adiante a sua missão, o TRE-MG também conta com o apoio do TJMG, com o qual firmou parceria no dia 30 de agosto. De acordo com o convênio, o TJ cederá servidores para atuarem no teste de integridade das urnas eletrônicas, apoio logístico à Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica e a segurança dos ambientes de teste de integridade. “O Tribunal está de mãos entrelaçadas com o TRE-MG. É uma satisfação emprestar a nossa força institucional para valorizar a democracia”, afirmou o presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho.

Também no dia 30 de agosto, o defensor público-geral federal Daniel de Macedo Alves Pereira assinou termo de cooperação com o TRE-MG. A Defen-

soria Pública da União (DPU) irá ceder servidores para auxílio no teste de integridade das urnas.

Segundo o desembargador Octavio Augusto De Nigris Bocalini, vice-presidente do TRE-MG e corregedor eleitoral, as parcerias são fundamentais para a Justiça Eleitoral, especialmente neste ano, em que o pleito será desafiador, tendo em vista o crescimento do uso das redes sociais e a velocidade com que informações não confiáveis chegam para os eleitores, gerando desinformação.

“Nosso grande objetivo é unir esforços para garantir a legitimidade e a integridade do pleito marcado para outubro. A garantia da tranquilidade e da ordem ao longo do processo eleitoral passa pela atuação maciça no combate à disseminação de conteúdos falsos”, comentou o desembargador Octavio Bocalini.

No dia 2 deste mês, o TRE-MG, ao firmar parceria com o Clube de Diretores Lojistas de Belo Horizonte, ampliou as parcerias contra fake news e agressões às instituições democráticas.

“O TRE-MG, com a sua tradição e a expertise dos juízes eleitorais do Estado garantirá, mais uma vez, eleições tranquilas e seguranças, promovendo o exercício da cidadania e valorizando a democracia”

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

“A Justiça Eleitoral de Minas Gerais terá toda a capacidade de levar adiante as nossas eleições, e não é um serviço pequeno, afinal, são 853 municípios”

Deputado Agostinho Patrus
Presidente da ALMG

“O Tribunal está de mãos entrelaçadas com o TRE-MG. É uma satisfação emprestar a nossa força institucional para valorizar a democracia”

Desembargador José Arthur Filho
Presidente do TJMG

“Nosso grande objetivo é unir esforços para garantir a legitimidade e a integridade do pleito marcado para outubro”

Desembargador Octavio Bocalini
Vice-presidente do TRE-MG e Corregedor Eleitoral

Comemoramos, neste 2022, os 200 anos da proclamação de D. Pedro que levou à Independência do Brasil (que se transformava em nação imperial) do Reino de Portugal. Desde então, existiram sete Constituições, seis delas na vigência da República.

Foi através do direito amparado pela Lei Maior que vieram toda sorte de políticas para o crescimento do País, cuja maior riqueza está nas boas pessoas que o compõem. São elas trabalhadoras e fraternas e que depositam na Magistratura nacional a confiança de que seus direitos não serão violados.

Assim, o Brasil se transformou numa das maiores Democracias do mundo, que luta para aperfeiçoá-la, certo de que tem muito a avançar e nunca a retroceder.

Neste dia festivo, o que se comemora é a esperança de que, com perseverança, coragem e respeito às instituições, ainda nos transformaremos naquele país amado e “gigante pela própria natureza”.

JUIZ LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS
PRÉSIDENTE DA AMAGIS



Amagis enaltece papel dos juízes eleitorais para a democracia

Nos encontros com juízes eleitorais de todo o Estado, nos dias 25 de agosto e 1º de setembro, no programa Foco Eleitoral, promovido pelo TRE-MG, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, ressaltou a importância dos magistrados para a democracia e reiterou o apoio da Associação ao trabalho deles para realização do pleito deste ano. Após a atividade de formação, os magistrados foram recebidos na sede da Amagis para uma confraternização.

Durante a atividade de formação, o presidente da Associação falou sobre as dificuldades enfrentadas pelos

juízes eleitorais nas eleições de 2020, em razão da pandemia da Covid-19, e ressaltou que os magistrados atuaram com prudência e altivez para que o povo mineiro exercesse sua cidadania.

Luiz Carlos também disse que a democracia é feita a partir do equilíbrio da Magistratura de primeiro grau. “Nenhum juiz pode se sentir aviltado em sua conduta e atuação. A qualquer instante, a Amagis está disponível para mitigar ataques que os senhores e senhoras possam vir a sofrer, porque quando se ataca um juiz, ataca-se nossa Instituição e a nossa demo-

IZABELA MACHADO



Presidente da Amagis no programa Foco Eleitoral do TRE-MG

cracia”, afirmou.

O presidente do TRE-MG, desembargador Maurício Soares, defendeu a segurança do sistema de votação, as urnas eletrônicas e falou sobre a importância dos juízes eleitorais para o enfrentamento a vários

desafios, como as fakes news. “Quando colocam em dúvida o sistema de votação estão colocando em dúvida o trabalho de todos nós. Temos a obrigação de defender o sistema até porque o conhecemos e podemos atestar sua higidez”, disse.



OURO MINAS. O HOTEL OFICIAL
DA AMAGIS EM BELO HORIZONTE.
Associados AMAGIS têm tarifa especial.

MAIS INFORMAÇÕES:
(31) 3429-4001 | (31) 99463-4001
RESERVAS@OUROMINAS.COM.BR
OUROMINAS.COM.BR


OUROMINAS
HOTEL & EVENTS

Amagis recebe candidatos e reafirma seu compromisso com a democracia

Em uma série de encontros realizados em agosto, nos quais reafirmou seu compromisso com a democracia e reiterou a importância da Justiça Eleitoral para o País, a Diretoria da Amagis recebeu os candidatos ao governo de Minas Gerais Marcus Pestana (PSDB), Alexandre Kalil (PSD), Vanessa Portugal (PSTU) e Lorene Figueiredo (PSOL).

Ao comentar os encontros, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, salientou o lugar de destaque ocupado

pela Associação ao longo das décadas, com todos os segmentos da sociedade, especialmente na relação com os Três Poderes, visando ao aperfeiçoamento do Judiciário e a valorização da Magistratura.

“Os rumos da democracia e a distribuição da cidadania são interesses da Magistratura e, nestes encontros com os candidatos ao governo do Estado, temos tido a oportunidade de ouvir, conhecer um pouco das propostas, e nos colocarmos à disposição para contribuir com as

melhores discussões, de forma a transformar Minas Gerais em um Estado melhor”, afirmou Luiz Carlos.

Independentemente das particularidades de cada legenda, os candidatos têm afirmado, em comum, a relevância do Judiciário para a sociedade, da importância da Justiça para a garantia dos direitos sociais e da integração dos Três Poderes para a democracia. Novos encontros estão sendo agendados, de acordo com a possibilidade dos candidatos.

IZABELA MACHADO



IZABELA MACHADO



Reuniões com os candidatos Marcus Pestana, Alexandre Kalil, Lorene Figueiredo e Vanessa Portugal

GEORGIA BAÇVAROFF



IZABELA MACHADO



Magistratura celebra saúde e união nos 20 anos de Integramagis

Com alegria e descontração, magistrados da ativa e aposentados, pensionistas e familiares celebraram, no dia 18 de agosto, os 20 anos do Integramagis, reafirmando a missão do programa que, há duas décadas, promove a saúde e a integração da Classe.

A noite foi também marcada por homenagens àqueles que contribuíram para essa história, como o desembargador Tiago Pinto, ex-vice-presidente de Saúde da Amagis e o juiz aposentado José Pedro Mendes do Vale, artífices do projeto na gestão do desembargador Doorgal Andrada (2002-2003).

Os ex-vice-presidentes de Saúde, Rosimere do Couto, atual vice-presidente Administrativa da Associação, e o desembargador Maurício Soares, presidente do TRE-MG e ex-presidente da Amagis, e a pensionista Marlene Maria Fernandes, vice-presidente do Nutris, também foram reverenciados.

Na homenagem aos idealizadores do projeto, o vice-presidente de Saúde da Associação, juiz Jair Franciso dos Santos, ressaltou a satisfação em dar continuidade ao Integramagis, sobretudo depois do período de isolamento por ocasião da pandemia.

“Estamos há oito meses na Vice-presidência de Saúde. No plano, não somos número de carteirinha, somos chamados pelo nome. Coletamos muitas vitórias e são elas que nos motivam a continuar trabalhando pela saúde dos magistrados, magistradas, pensionistas e familiares”, afirmou Jair Franciso.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, que também foi vice-presidente de Saúde da Associação, falou sobre seu contentamento em poder desfrutar, ao longo dos anos, dos encontros entre a Magistratura proporcionados pelo Integramagis. “É como nos ensina o desembargador José Fernandes Filho, viver é conviver. E como é agradável conviver. Estamos aqui, ao lado de pessoas que tanto vibraram conosco nesses últimos 20 anos e comemoraram a convivência humana”, disse.

A celebração dos 20 anos do Integramagis foi embalada pela apresentação da cantora, violonista e compositora mineira Elaine Anunan. Com 25 anos de carreira, ela integrou grupos musicais como as bandas Voz e Corda e a Continental Club Band.

GEÓRGIA BAÇVAROFF



Evento contou até com bolo de aniversário dos 20 anos

“Divido essa homenagem com todos vocês que fazem parte dessa história. O Integramagis começou com uma necessidade da Amagis Saúde de promover a aproximação dos magistrados. Estar aqui hoje, comemorando os 20 anos do Integramagis, é uma alegria muito grande”

Desembargador Tiago Pinto

“Quando criamos o Integramagis, em 2002, ele se chamava Integra Mais. Hoje, já com 20 anos, chamado Integramagis mantém essa festa tradicional da Magistratura mineira que representa, para mim, um atestado de que tudo deu certo desde aquela data”

Juiz aposentado José Pedro Mendes do Vale

“Considero-me uma pessoa de sorte, pois peguei o caminho pavimentado por todos os que me antecederam. Hoje, quero somente agradecer aos que me antecederam e que permitiram ao plano alcançar o patamar atual”

Desembargador Maurício Soares
Presidente do TRE-MG

“Para mim foi uma experiência incrível estar na Vice-presidência de Saúde. É muito bom saber que podemos dar as mãos e acolher a todos que precisam de nós. Integramagis significa amor, acolhimento e alegria. É isso que queremos sempre compartilhar com nossos associados”

Rosimere do Couto
Vice-presidente Administrativa da Amagis

ASSOCIATIVISMO

Reencontro e confraternização marcam a comemoração

FOTOS: GEÓRGIA BAÇVAROFF



Gerações de magistrados participaram do evento no salão de festas da Amagis

ASSOCIATIVISMO

MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

Prevenção representa 90% da segurança

Ações de prevenção correspondem a 90% da segurança. Esse dado, apresentado pelo capitão da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Breno Sales, durante a palestra 'Medidas de Autoproteção', promovida pela Amagis, no âmbito das Coordenadoria de Segurança e da Amagis Mulheres, no dia 24 de agosto, reforça a ideia de que reagir a uma ação criminosa deve ser a última opção.

Para corroborar com essa percepção, outra informação apresentada pelo capitão demonstra que as pessoas têm apenas 5% de chances de sucesso quando reagem a uma ação criminosa. A tenente da PMMG, Mariana Tolentino, também palestrante, chamou a atenção

para o fato de os bandidos nunca agirem sozinhos e observou que, na maioria das vezes, saber escapar de uma situação de risco pode ser a melhor alternativa.

A tenente falou aos participantes do evento sobre o que é classificado como triângulo criminoso: indivíduo disposto e capaz de cometer o crime, ambiente favorável para o delito e alvo vulnerável e desejável pelo bandido. Desses três fatores, ela ponderou que apenas o primeiro independe dos cuidados a serem tomados pelas pessoas diariamente.

Os ambientes mais favoráveis para a ocorrência de um crime são áreas pouco monitoradas, escuras e degradadas. Observadas as características

REPRODUÇÃO



Breno Sales e Mariana Tolentino, palestrantes

do local, recomenda-se não permanecer no veículo ao estacionar ou ficar parado na porta de casa, reduzir a velocidade do automóvel antes de parar no sinal fechado, não fazer sempre o mesmo itinerário e variar a rotina entre outros cuidados.

Segundo o capitão Breno Sales, o sucesso da prevenção contra uma ação criminosa depende da capacidade de observação e de saber como agir. Portanto, é preciso treinar e incorporar os cuidados com a segurança no dia a dia.

Saiba como viver de renda e sem pagar imposto

Fazer o seu dinheiro trabalhar para você, conquistando independência financeira e outros objetivos de vida é um sonho que pode ser alcançado. Uma forma de realizar o sonho de viver de renda passiva, com o rendimento financeiro obtido sem aumentar o seu esforço de trabalho, é aplicar em Fundos de Investimento Imobiliários (FIIs).

Os fundos imobiliários são uma forma de investir em imóveis, sem a necessidade de comprá-los diretamente. Os investimentos podem ser direcionados a empreendimentos imobiliários, como shoppings, hospitais, prédios comerciais, lajes corporativas ou até mesmo ativos como CRIs (Certificado de Recebíveis Imobiliários).

Na prática, podemos dizer que os FIIs são formados por um conjunto de investidores que reúnem seus recursos por meio de cotas, cujos preços são marcados a mercado, ou seja, tem seu preço negociado em Bolsa diariamente. O investidor é remunerado pela valorização dos preços das cotas e tem o direito de receber rendimentos em forma de dividendos, de acordo com o valor aplicado.

Um dos principais atrativos dos fundos imobiliários é sua natureza de distribuição de dividendos, uma vez que os FIIs são obrigados a distribuir até 95% de seus rendimentos aos cotistas.

Há fundos imobiliários que chegam a distribuir mais de 16% ao

ano aos cotistas, superando a marca de 1% ao mês. E o melhor é que os dividendos pagos mensalmente estão isentos de Imposto de Renda.

Atualmente, existem mais de 400 fundos imobiliários, que somam um patrimônio de quase R\$ 80 bilhões.

Para escolher a melhor estratégia de investimento, ou seja, os imóveis e ativos imobiliários mais rentáveis entre as milhares de opções existente no mercado, é fundamental contar com uma assessoria especializada.

Cabe a esse profissional apresentar ao cliente as informações sobre cada fundo, ajudar na montagem da carteira e, principalmente, ficar de olho no desempenho na carteira do fundo imobiliário, monitorando constantemente a evolução dos preços das cotas, para fazer os ajustes necessários de modo a preservar a rentabilidade dos investimentos. Além disso, o portfólio precisa estar de acordo com o perfil de risco do investidor.

Accesse o QR Code e entre em contato com a gente.



MANCHESTER INVESTIMENTOS - BELO HORIZONTE
Praça Carlos Chagas, 49 - 11 andar | Bairro Santo Agostinho
(31) 2526-3300

MANCHESTER
INVESTIMENTOS
55 ANOS



ASSOCIATIVISMO

MARCO HISTÓRICO

Congresso da Amagis fortalece a Magistratura mineira

A Amagis promoverá, dos dias 30 de novembro a 2 dezembro, o primeiro Congresso da Magistratura Mineira. O acontecimento, marco histórico por seu ineditismo, tem como objetivos o fortalecimento da Classe, da relação com os Três Poderes e a sociedade civil organizada.

Serão convidados para participar do Congresso, representantes de áreas como a educação, saúde e segurança pública entre outras. O presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, tem dialogado com autoridades de todo o País, a fim de ampliar o diálogo da Magistratura com a sociedade. No dia 24 de agosto, o presidente Luiz Carlos convidou o prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, a participar do evento.

O prefeito agradeceu o convite e destacou a importância da aproximação entre a Amagis e a Prefeitura. “A Amagis é uma

IZABELA MACHADO



Procurador Hércules Guerra e o prefeito Fuad Noman com o presidente da Amagis

instituição forte e muito respeitada. Essa aproximação com a Prefeitura é importante, pois precisamos estar ombreados às entidades da sociedade civil, compartilhando experiências, propostas e ações bem-sucedidas em prol do desenvolvimento do município e em benefício dos cidadãos belo-

-horizontinos”, ressaltou.

Também em agosto, o presidente da Amagis reuniu-se com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e com o ministro do STJ Sebastião Reis para convidá-los a participar Congresso da Magistratura Mineira.

Futura Diretoria da AMB será eleita em novembro

Dos dias 8 a 11 de novembro, magistrados de todo País irão escolher a futura Diretoria da AMB, que assumirá a instituição durante o triênio 2023-2025. O processo eleitoral será dirigido, pela sexta vez, pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, desembargador Roberval Belinati.

De acordo com o cronograma de votação, aprovado pelo Conselho Executi-

vo da AMB, em 10 de agosto, o sufrágio será realizado de forma virtual, nos dias 8 e 9 de novembro, por carta e presencialmente entre 10 e 11 de novembro, das 8h às 18h, no horário de Brasília.

Estão aptos a votar todos os magistrados associados que, até o último dia útil do mês de abril do ano da eleição do Conselho Executivo, estiverem em dia com suas obrigações e contribui-

ções sociais. Os magistrados que ingressaram na carreira e se filiaram à AMB após essa data também são considerados eleitores.

As chapas deverão ser registradas até o dia 9 de setembro. Também serão eleitos os membros do Conselho Fiscal da AMB. Mais informações sobre a eleição da AMB estão disponíveis no site eleicoes2022.amb.com.br.

LINEA
ODONTOLOGIA COMPLETA

CONDIÇÕES ESPECIAIS!

Dr. Antônio Miguel da Silveira

(31) 99693-2367

@lineaodonto

lineaodonto.com.br

(31) 3221.8470

Av. do Contorno, 4849 - Funcionários, Belo Horizonte - MG

IMPLANTES

HARMONIZAÇÃO FACIAL

FACETAS

RESINAS

PERIODONTIA E DEMAIS
ESPECIALIDADES

RT Dr. Antônio Miguel CRO-MG 5044 | EPACO-M 815



Conheça nossos leilões judiciais eletrônicos...

Leiloeiros devidamente cadastrados no sistema
AJG | Resolução 882/2018 artigo 18 (indicação direta)



Escaneie o QR Code

Realize leilão com quem é especialista

0800 242 2218
indicacao@mgl.com.br

Administrador Judicial

Administração judicial, promovendo o planejamento de recuperações de empresas.

Advogados

Habilitação e movimentação processual, assessoria e correspondência jurídica.

Peritos

Elaboração de relatórios e laudos técnicos, cumprindo as determinações impostas sempre com a presteza e eficiência.

Economistas

Previsão econômica para empresas, elaboração de planejamento de aplicações financeiras e perspectiva macro micro econômica.



GRUPOCRÉDITO

Soluções para todas as fases processuais

ASSOCIATIVISMO

LUTA POR IGUALDADE

Capacitismo reforça preconceito contra pessoas com deficiência

Da cessação da vida na Idade Média ao modelo social na década de 1960: são séculos de luta das pessoas com deficiência pela igualdade. Essa história, os marcos legais, as conquistas e os desafios das pessoas com deficiência foram abordados na palestra Deficiência e Capacitismo, da jornalista e educadora Mariana Rosa, no dia 15 deste mês, no auditório da Amagis, promovida no âmbito da Coordenadoria de Apoio à Pessoa com Deficiência da Associação.

Segundo a especialista, passados os séculos, hoje, o nome do preconceito com relação às pessoas com deficiência é capacitismo. Essa palavra refere-se ao julgamento moral que atribui hierarquia aos corpos e suas funcionalidades, na medida em que não são criadas condições de igualdade, e são impostas às pessoas com deficiência si-

tuções em que são tuteladas ou desacreditadas. “Esse é o principal preconceito, pois isso implica considerar que as pessoas com deficiência são incapazes”, criticou.

Para Mariana Rosa, muitos avanços foram conquistados na legislação brasileira, sobretudo com a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, que, dois anos depois, foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro como emenda constitucional.

A estudiosa afirmou que o Judiciário pode contribuir muito com relação aos direitos das pessoas com deficiência, ao conferir celeridade a processos de enfrentamento às estruturas de discriminação e preconceito. “Para avançarmos, precisamos fazer valer o que a lei define, para que, de fato, possamos estar juntos em sociedade”, advertiu.



Mariana Rosa, palestrante

Você sabia

que existe uma agência da RE/MAX, a maior rede imobiliária do mundo, presente em mais de 118 países, com atendimento exclusivo para os magistrados?

Somos um escritório imobiliário especializado na compra e venda de imóveis na região centro-sul de BH.

Estamos localizados em um dos andares corporativos do prédio da Amagis, bem aqui no coração da zona sul, no bairro Cruzeiro. “Como empresário do mercado imobiliário, sei de toda deferência e discrição que a classe demanda” enfatiza Leonardo Abud, Broker/Owner da RE/MAX JUS e filho do saudoso desembargador José Carlos Abud.

Se você quer vender ou comprar um imóvel, fale conosco! Temos um time de especialistas à disposição para melhor atendê-lo.



IMOBILIÁRIA

RE/MAX
CRECI 5853-J
JUS



FONE: 31 99662-3378 / 31 3586-8858
Rua Albita, 194 - Sala 504 - Cruzeiro - Belo Horizonte/MG
leonardoabud@remax.com.br

O papel estratégico do Judiciário atual e a litigância predatória

Demandas artificiais causam danos bilionários à sociedade

MÔNICA SILVEIRA VIEIRA*

Um dos maiores problemas atuais do Poder Judiciário brasileiro é a enorme distribuição anual de processos, que só faz crescer, e que torna praticamente impossível a concretização do direito fundamental à razoável duração do processo. Trata-se de problema com causas múltiplas, dentre as quais podem ser citados o reconhecimento de diversos direitos fundamentais pela Constituição Federal de 1988 e as falhas do Estado em efetivá-los, o aumento do acesso ao mercado de consumo, a massificação das relações sociais e ainda a cada vez mais intensa prática de litigância predatória.

A expressão “litigância predatória” designa condutas diversas que representam abuso do direito de ação, como, por exemplo, o ajuizamento de ações em que há dedução de pretensões desprovidas de fundamento na realidade dos fatos (litigância artificialmente criada), a propositura sistemática de demandas com base em documentos falsos, sejam de representação processual, sejam de identificação das partes ou mesmo destinados a provar os fatos alegados, a indevida fragmentação de pretensões, na tentativa de multiplicar ganhos antijuridicamente.

Tem-se verificado nos últimos anos, em todo o País, o crescimento exponencial do número de ações predatórias que ingressam no sistema de Justiça e que determinados advogados adotam, como modelo de negócio, atuação baseada no ajuizamento de demandas dessa categoria. O monitoramento constantemente realizado por Centros de Inteligência e Núcleo de monitoramento de Perfil de Demandas (Numopedes) de todo o País evidencia que o número de profissionais que se valem dessas práticas é muito pequeno em relação ao total de inscritos na OAB, mas que os efeitos de sua atuação são de grande ex-

tensão. Essas práticas provocam danos bilionários anualmente ao sistema de Justiça (e, portanto, ao erário), acarretam notável aumento do tempo médio de tramitação processual, geram impacto negativo de enorme extensão sobre a atividade dos demais advogados (a evidente maioria), que exercem regularmente o direito de ação, no legítimo interesse de seus clientes e causam efeitos negativos imensos aos jurisdicionados em geral. E acabam por colocar em risco a legitimidade do Poder Judiciário, o qual, por se ver obrigado a dispendar muito tempo para enfrentar os inúmeros processos abusivos, não consegue oferecer resposta rápida e eficiente às demandas que representam exercício regular do direito de litigar.

Essa inadmissível situação exige que o Judiciário se valha de todas as potencialidades do seu papel estratégico de líder do sistema de Justiça, de principal ator, catalisador e promovedor de “desenhos” (designs) adequados de solução de conflitos – muito mais do que apenas julgador das demandas trazidas à sua apreciação – para avaliar adequada e profundamente o fenômeno, suas causas e efeitos. E ainda, conclamar todos os demais interessados, especialmente a OAB, o Ministério Público, a Advocacia Geral do Estado, a Defensoria Pública e a sociedade civil organizada, a se unirem aos magistrados e servidores da Justiça no esforço comum de enfrentamento adequado (prevenção e combate) das práticas processuais predatórias.

Para o sucesso dessa linha de ação, é fundamental a atuação dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário, inicialmente surgidos no âmbito da Justiça Federal e, posteriormente, implementados em todo o Judiciário Nacional com a Resolução CNJ n. 349/2020, a qual criou o Centro de Inteligência do Poder Judiciário.

No TJMG, o Centro de Inteligência foi criado pelos artigos 47 e seguintes da Resolução 969/2021, e tem entre suas funções as de identificar e propor medidas de gestão para a prevenção e repressão da litigância protelatória e de estimular a troca de experiências entre magistrados e entre estes e os demais atores processuais, objetivando o enfrentamento do excesso de litigiosidade e da litigância repetitiva e de massa, abusiva, fraudulenta, predatória, agressora e protelatória.

O Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais (CIJMG) editou recentemente a Nota Técnica n. 01/2022, que ratificou as notas técnicas sobre litigância predatória até então emitidas por Centros de Inteligência, setores e grupos especiais de diversos tribunais, com a compilação e unificação de dados e informações nelas contidos e o acréscimo de informações e estratégias construídas no âmbito do TJMG, inclusive no que se refere a boas práticas potencialmente eficazes para prevenção e enfrentamento do abuso do direito de ação.

O documento pode ser consultado na página eletrônica do CIJMG e representa importante avanço em termos de reconhecimento do problema e identificação de seus impactos econômicos e processuais e de oferecimento de imprescindível suporte institucional para a avaliação de indícios de práticas predatórias e a adoção de boas práticas tendentes ao seu enfrentamento, especialmente por terem notas técnicas do Centro de Inteligência do TJMG o respaldo do Comitê Institucional de Inteligência, composto pelo presidente, primeiro vice-presidente, terceiro vice-presidente, corregedor-geral de Justiça e desembargador gestor do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes.

(*) Juíza Auxiliar da 1ª Vice-Presidência do TJMG

DESEMBARGADOR ALBERTO VILAS BOAS
1º VICE-PRESIDENTE DO TJMG

Inteligência judiciária



O uso da inteligência judiciária para o aprimoramento contínuo da prestação jurisdicional é uma das prioridades do TJMG para o biênio 2022-2024. Um dos desafios encontrados nessa área, conforme apontou o 1º vice-presidente do Tribunal, desembargador Alberto Vilas Boas, é a aplicação da tecnologia para a redução das demandas repetitivas e predatórias, que sobrecarregam o Judiciário.

Quais são as metas do senhor para o biênio 2022-2024?

As metas a serem desenvolvidas na segunda instância envolvem o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho, a padronização da forma de atuação administrativa e investir em tecnologia no âmbito da gestão dos processos judiciais. É preciso, ainda, investir na formação do servidor para que a gestão administrativa seja eficiente. Considero necessário estimular os magistrados de primeira e segunda instâncias a fazerem bom uso dos precedentes construídos nos tribunais superiores e no Tribunal de Justiça através do IRDR e do IAC. Isto poderá auxiliar a conter as demandas repetitivas e diminuir o fluxo de processos para a segunda instância.

A atuação da Primeira Vice-Presidência pode repercutir no primeiro grau de jurisdição?

O foco da Primeira Vice-Presidência é gerenciar todos os processos judiciais que tramitam na segunda instância mediante o necessário auxílio dos servidores. É possível que algumas práticas adotadas na segunda instância possam ser replicadas na primeira instância. Nesse particular, e com o apoio do setor de informática do Tribunal, será possível associar ao processo eletrônico um alerta sobre a existência de algum precedente qualificado oriundo de tribunal superior ou do Tribunal de Justiça, que possa auxiliar o juiz e o desembargador a solucionar a causa de forma mais rápida e eficiente.

Como o uso desse recurso tecnológico contribuirá para a prestação jurisdicional?

Isso irá ajudar o julgamento de casos repe-

titivos porque será possível identificar essas causas e julgá-las em bloco mediante a aplicação de um precedente específico. Evita-se tratamento desigual para partes que estejam na mesma situação jurídica e concede-se ao juiz um prazo maior para se ocupar de causas não repetitivas e que merecem ser julgadas dentro de um prazo razoável.

A adoção do sistema de precedentes pode afetar a independência funcional dos magistrados?

A independência funcional dos magistrados fica resguardada no sistema de precedentes porque eles farão a análise de cada caso concreto para saber se o precedente é passível ou não de aplicação. Pode ocorrer que o juiz esteja analisando um caso que não é exatamente a mesma julgada por uma Corte Superior. Assim, a lei confere ao juiz o poder de fazer a distinção entre o seu caso e aquele julgado por tribunal superior ou sugerir a revisão do precedente.

Como evitar o uso predatório do Judiciário?

Atualmente, cada Tribunal de Justiça conta com um Centro de Inteligência Judiciária, por determinação do Conselho Nacional de Justiça. Esses centros atuam em rede com outros tribunais e instituições judiciárias para identificar processos de natureza repetitiva, causas ajuizadas de forma abusiva, além de poderem desenhar soluções para algum problema que esteja afligindo o Judiciário e as partes. Com essa forma de agir, nós podemos ser protagonistas de soluções que previnam o ajuizamento de ações repetitivas e encontram soluções que atendam aos interesses de todos os envolvidos no processo.

“Nós podemos ser protagonistas de soluções que previnam o ajuizamento de ações repetitivas, encontrando soluções que atendam aos interesses de todos os envolvidos no processo.”

Com a Independência, Magistrados lançam as bases do Judiciário

Mesmo que a proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, não tenha surtido efeitos imediatos para a Justiça brasileira, a data também foi marco histórico para a estruturação do Poder Judiciário no País. Esse fato pode ser observado no livro ‘Notas para uma História do Judiciário no Brasil’, do desembargador aposentado e professor, Carlos Fernando Mathias de Souza, ex-ministro do STJ.

De acordo com o pesquisador, o primeiro ato governamental, de 13 de outubro de 1822, apenas determinava que as repartições públicas adotassem em seus documentos o título de majestade imperial. No entanto, nos anos seguintes, mudanças significativas no desenvolvimento do Judiciário iriam ocorrer, inclusive com a participação de magistrados, como observou Mathias de Souza em seu livro.

Em referência ao estudo do Barão Homem de Mello sobre a Constituinte de 1824, o ex-ministro do STJ demonstrou que muitos dos magistrados integrantes da Constituinte convocada por Dom Pedro I, em junho de 1823, eram brasileiros e haviam estudado em Coimbra (PT). “Foram eles que lançaram os fundamentos do Poder Judiciário, sendo que um dos primeiros a propor, à Assembleia, a divisão dos poderes foi o deputado Paulo de Sousa”, apontou Mathias de Souza.

Segundo o professor, na sessão da Assembleia Constituinte de 1º de setembro de 1823, o projeto apresentado pelo de-

REPRODUÇÃO DA INTERNET



Assembleia Nacional Constituinte de 1823

sembargador Antônio Carlos de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio e Martim Francisco Andrada, previa as disposições do Poder Judiciário em 22 artigos do Título 9º da proposta de Constituição. Com a dissolução da Constituinte em 12 de novembro de 1823, esse e outros pontos do texto não foram discutidos.

Cinco meses depois, com a outorga da Constituição de 1824, em 25 de março daquele ano, a divisão e a harmonia dos poderes políticos foram consagradas no Título 6º da Carta, com capítulo único e 14 artigos que tratavam do Poder Judicial. Nele, como assinala o professor Mathias

de Souza, estava inscrito que o Poder Judicial era independente.

Em seu livro, Mathias de Souza demonstra, a partir de Alfredo Pinto, que a influência da Constituinte de 1823 na Constituição de 1824. “Se fizermos com imparcialidade um rápido confronto entre a Constituição outorgada e o projeto da Constituinte, a primazia caberá ao primeiro, quanto à estrutura e à perfeição da forma”, avaliou Alfredo Pinto, em artigo publicado na Revista do STF. Para Alfredo Pinto, o projeto inicial era confuso, continha disposições estranhas a um código político e denotava inexperiência dos legisladores.



LGPD

CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM PROTEÇÃO DE DADOS

- + DE 50 PROJETOS** Mais de 50 projetos de adequação LGPD executados.
- + DE 25 ANOS DE EXPERIÊNCIA** A HDPO conta com um time de especialistas em implantação de projetos LGPD com mais de 25 anos de experiência em Direito Médico e Gestão de Saúde.
- SISTEMA EXCLUSIVO DE GESTÃO LGPD** Plataforma on-line que facilita o processo de adequação à LGPD.

CONTROLE + PROTEÇÃO SEGURANÇA

hdpo.com.br
(031) 9 8208-9292
contato@hdpo.com.br



AÇÃO SOCIAL

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nova diretoria discute ações para o Nutris

Na semana seguinte a sua posse, em 22 de agosto, a diretoria do Nutris, agora presidida pela juíza Marli Maria Braga, que tem como vice-presidente o juiz Fernando Humberto dos Santos, reuniu-se para avaliar o trabalho do Núcleo e debater o desenvolvimento de novas políticas para a instituição.

Durante a reunião, a magistrada, que também é diretora de Apoio a Obras Sociais da Amagis, reiterou seu compromisso de levar o trabalho adiante e contribuir para o aprimoramento das ações de apoio a crianças e adolescentes do bairro Mariano de Abreu, em Belo Horizonte, realizado com o apoio da Associação e da Magistratura mineira, em especial das pensionistas. A tesoureira do Nutris Francisca Alves e membro do Conselho Deliberativo também participou da reunião.

“É um trabalho lindo, feito em uma comunidade carente de Belo Horizonte, e que deve ser ampliado para que as crianças e os adolescentes atendidos tornem-se homens e mulhe-

TIAGO PARRELA



Fernando Humberto, Marli Braga, Marco Bueno e Francisca Alves

res de bem, plenamente realizados e autossuficientes”, comentou Marli Braga.

AÇÃO SOCIAL

Em outra iniciativa, a fim de apoiar a atuação de magistrados e magistradas em projetos sociais ou de inovação em suas respectivas comarcas, a Coordenadoria de Ação Social divulgou formulário para os associados, que pode ser preenchido em poucos minutos. Escaneie o QR Code ao lado para ter acesso ao documento.

ACESSE O DOCUMENTO



PALESTRA

Crimes cibernéticos Como se proteger

20 de setembro - 19h

Auditório da Amagis

Todos os magistrados, da ativa e aposentados, e pensionistas estão convidados a participar da palestra

Confirme presença pelo e-mail para eventos@amagis.com.br



Alesandro Gonçalves Barreto

Delegado da Polícia Civil do Piauí.
Especialista em investigação pela internet.



TRF-6 descentraliza Justiça Federal e dará celeridade a julgamentos

Representada pela vice-presidente Administrativa, juíza Rosimere do Couto, a Amagis participou, no dia 19 de agosto, da instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), com jurisdição em Minas Gerais. Na solenidade, foram empossados os membros da nova Corte. A desembargadora Mônica Sifuentes será a presidente do Tribunal e o desembargador Vallisney de Souza Oliveira, o vice-presidente e corregedor.

A nova corte vai desafogar o TRF-1, que detinha competên-

cia jurisdicional sobre 14 unidades da federação e quase metade (46%) dos municípios brasileiros, correspondentes a 80% do território nacional. O estado de Minas Gerais, sozinho, representava quase 30% do estoque processual do TRF-1.

Participaram da instalação do TRF-6, entre outras autoridades, o presidente Jair Bolsonaro, os presidentes do STF, ministro Luiz Fux, e do Senado, Rodrigo Pacheco, o primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados, Lincoln Portela, o procurador-geral



Solenidade de instalação do TRF-6, no Palácio das Artes

da República, Augusto Aras, o governador Romeu Zema, o desembargador José Arthur Filho, e o presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti.

Juízes mineiros atuam na elaboração de propostas ao Fonape

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o juiz cooperador da 1ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, Marcelo Lucas Pereira, participaram, no dia 3 de agosto, da primeira reunião do Grupo de Trabalho de Alternativas Penais instituído pelo CNJ.

O grupo tem como objetivo realizar estudos, apoiar e elaborar propostas de apoio ao Fórum Nacional

de Alternativas Penais (Fonape). Essa foi a primeira vez que magistrados mineiros participaram do Grupo de Trabalho instituído pelo CNJ.

Compete ao grupo apresentar propostas de revisões legislativas no campo das alternativas penais, propor arranjos normativos, institucionais e organizacionais, promover a identificação, sistematização, publicação e

GEORGIA BAÇVAROFF



Autoridades de todo o País participaram da reunião

disseminação de boas práticas desenvolvidas no campo das alternativas penais.

Integram o Grupo de Trabalho, magistrados, promotores de Justiça, defensores-públicos

e outras autoridades dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Rio Grande do Sul, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Amapá, Paraná, Tocantins, Pará, Ceará e Sergipe.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA

O presidente do Instituto da Confederação Nacional da Agricultura e ex-ministro da Previdência Social (de 2001 a 2002), Roberto Brant, visitou a Amagis. Ele foi recebido pelo presidente Luiz Carlos Rezende e Santos no dia 5 de agosto, quando conversaram sobre diversos temas. Roberto Brant é filho de Moacyr Brant (1911-2004), que foi juiz e desembargador do TJMG.

BRUNO GONTIJO



Magistrados tomam posse no TJ e no TRE-MG

GEORGIA BAÇVAROFF



José Luiz, Marcelo da Silva e Eveline Félix em posse no TJMG

Os magistrados José Luiz de Moura Faleiros e Marcelo Pereira da Silva tomaram posse, no dia 11 de julho, como desembargadores do TJMG e passaram a atuar, respectivamente, na 11ª Câmara Cível e na 1ª Câmara Criminal do Tribunal. Na ocasião, a magistrada Eveline Mendonça Félix entrou em exercício como juíza convocada para substituir na 4ª Câmara Cível do TJ.

A cerimônia de posse foi

conduzida pelo presidente do TJMG, José Arthur de Carvalho Pereira Filho, para quem os empossados são magistrados experientes, íntegros e operosos.

Segundo o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, a promoção dos dois magistrados e a entrada em exercício da juíza Eveline Mendonça representam justo reconhecimento à brilhante carreira dos três.

JOÃO GUILHERME/TRE-MG



Júlio César Lorens e Cássio Fontenelle no TRE-MG

No dia 29 de agosto, a juíza Fabiana da Cunha Pasqua entrou em exercício no cargo de desembargadora do TJMG, para substituição na 15ª Câmara Cível.

TRE-MG

Também no dia 2 de agosto, o presidente da Associação participou da posse do desembargador Júlio César Lorens e do juiz Cássio Azevedo Fontenelle, no TRE-

-MG, respectivamente, como juiz membro substituto na classe desembargador e juiz membro efetivo na classe juiz de Direito, para o biênio 2022-2024.

A abertura da cerimônia foi feita pelo presidente do TRE-MG, desembargador Maurício Soares. O juiz Marcelo Paulo Salgado saudou os magistrados em nome da Corte Eleitoral. O presidente do TJMG também participou da solenidade.

Congresso da AMMP debate inovação

A vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere das Graças do Couto, participou, no dia 4 de agosto, da abertura do XIV Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais, promovido pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), em Belo Horizonte.

Com o tema 'Caminhos do Ministério Público e as Fronteiras da Inovação', o congresso abordou as perspectivas e desafios impostos pelas constantes transformações sociais, com enfoque na agilidade do fluxo de informações e nas conexões globais da

era digital, e na melhoria da prestação de serviços oferecidos à sociedade.

A palestra de abertura foi proferida pela ex-juíza do Tribunal de Haia Sylvia Steiner, que falou sobre "As atribuições da Procuradoria junto ao Tribunal Penal Internacional: desafios do Ministério Público contemporâneo". O desembargador do TJMMG, Fernando Amando Ribeiro, abordou o "O Imaginar para inovar: direito, literatura e transformação social". O presidente do TRE-MG, desembargador Maurício Soares, participou da abertura do congresso.



Maurício Soares, Larissa Amaral e Rosimere do Couto

DESCANSO E LAZER

COLÔNIA DE FÉRIAS

Nova Viçosa é ponto de partida para a observação de baleias Jubarte

Até novembro, os frequentadores da Colônia de Férias de Nova Viçosa (Sul da Bahia) terão a oportunidade de observar, no Parque Nacional Marinho de Abrolhos, as baleias jubartes, que buscam a região por causa das águas claras e quentes para se reproduzir.

O arquipélago protege algumas das principais áreas-berçário da espécie, e por isso, conta com a maior concentração das baleias, possibilitando a visitantes e pesquisadores conhecerem o comportamento delas nesse período, que vai desde grupos de machos disputando as fêmeas aos cuidados com os filhotes.

Nova Viçosa é um dos pontos de partida para Abrolhos, cujo acesso é feito por meio de barcos. A maioria dos passeios é feito em um dia (ida de volta), mas há também a possibilidade do interessado passar de 2 a 4 dias no local. No parque, é possível ainda observar aves marinhas e realizar uma trilha monitorada na Ilha Siriba.

MERGULHO

No verão, dos meses de dezembro a fevereiro, com as águas mais quentes e claras, outro atrativo de Abrolhos é o mergulho. Podem ser feitos mergulhos livres, realizados em profundidades de até cinco

PXHERE.COM



Baleias Jubarte podem ser vistas em Abrolhos até novembro

metros, na qual o visitante poderá conhecer a vida marinha.

Também é possível fazer o mergulho autônomo em naufrágios, cavernas e durante a

noite, em locais prestabelecidos. Nessa modalidade, por medida de segurança, é necessário estar acompanhado de um condutor subaquático do parque.

PARCEIRO AMAGIS

5 razões para investir e morar em Portugal

Localização: voo direto Belo Horizonte / Lisboa

Qualidade de vida

Média de 300 dias de sol por ano

Benefícios fiscais

Crescimento e oportunidades no Turismo

Maia
INTERNATIONAL

Acesse o QR code e conheça todos os imóveis



BRASIL

R. Tomaz Gonzaga 802/ 1001 - Belo Horizonte 31 99616 4892



First Avenida

Liberdade, Lisbon

€ 590.000

1 Quarto + Escritório

72m²



Trigo

Alfama, Lisbon

€ 710.000

€ 730.000

2 Quartos

121m²



Unique Belém

Belém, Lisbon

€ 990.000

€ 1.750.000

2 e 3 Quartos e cobertura

126 a 146m²



Praia do Sal

Alcochete

€ 360.000

€ 560.000

1 e 2 Quartos

58 a 84m²



PORTUGAL

Av. Liberdade 240/2 Piso - Lisbon +351 913 777 197

maiaip.com

Info@maiaip.com

Juízes mineiros conquistam o pódio nos Jogos Nacionais da AMB

Dos dias 11 a 14 de agosto, aproximadamente 600 magistrados e seus familiares, disputaram provas em 14 modalidades esportivas durante os Jogos Nacionais da Magistratura, promovido pela AMB, como apoio da Associação dos Magistrados de Sergipe (AMSE), em Aracaju. Na competição, juízes mineiros subiram ao pódio na conquista do ouro, da prata e do bronze.

Novidade nesta edição dos jogos, o Beach Tênis, com 70 participantes, foi uma das modalidades mais disputadas do torneio. Para o juiz Thiago Gandra, diretor de Esportes da Amagis e integrante da Comissão dos Jogos, que conquistou o bronze no Beach Tênis, ao lado de sua esposa Marcella, a competição superou as expectativas.

“Havia uma preocupação com o número de inscritos, em função do período eleitoral e do Dia dos Pais, mas tivemos ótima participação. Todos fomos bem recebidos pela Diretoria da Amase, que celebrou os 50 anos de sua Associação”, comentou Thiago Gandra, que convidou os magistrados mineiros a participarem da próxima edição dos jogos da AMB e das competições esportivas promovidas pela Amagis.

Com um calendário próprio de jogos, pela primei-

ra vez o futebol Super Sênior participou dos jogos nacionais. O time mineiro, vencedor em várias competições de magistrados, faturou o bronze na estreia da modalidade. Segundo o vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, desembargador Maurício Pinto Ferreira, que integra a equipe, a Associação entrou em campo com um time bastante competitivo e chances reais de pódio.

“Todos os magistrados, da ativa e aposentados, que compuseram a delegação mineira nos jogos, por sua capacidade e dedicação estão de parabéns. A competição foi também um momento de confraternização entre os colegas e seus familiares”, afirmou Maurício Ferreira.

A importância dos jogos para a integração da Classe também foi destacada pelo juiz Vinicius de Ávila Leite, da Comarca de Patos de Minas (Alto Paranaíba), medalha de prata nos 50 metros livres da natação e semifinalista no Tênis. “Durante o exercício da atividade judicante, não temos muitas oportunidades de encontrar com os colegas, particularmente em Minas, que é um estado muito grande”, comentou o juiz que pretende disputar outras edições dos jogos em busca de novas conquistas.

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



Juiz Geraldo Ribeiro comemora o ouro na Corrida



Time Super Sênior da Amagis conquistou o bronze

Medalha de ouro na corrida de dez quilômetros, na categoria de 60 a 64 anos, o juiz aposentado Geraldo Luiz Ribeiro disse que a sensação da conquista foi muito. O magistrado, que realiza atividades físicas regularmente, ressaltou a importância da prática esportiva. “Exercícios são importantes para a saúde mental e física. Especialmente dos magistrados que são submetidos a uma carga elevada de

trabalho”, afirmou.

Minas também teve representantes em outras modalidades, como desembargador Fernando Galvão da Rocha que disputou as quartas de finais com o desembargador Luiz Oyama, do Paraná, que se sagrou campeão. No Xadrez, participaram o juiz Leopoldo Mameluque, da Comarca de Belo Horizonte, e o juiz aposentado Geraldo Luiz Ribeiro.



Desembargadores Fernando Galvão e Luiz Oyama



Marcella e Thiago Gandra com a medalha de bronze

PENSAMENTO JURÍDICO



CANAIS E PROGRAMAÇÃO

TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

Horários:

terça-feira, às 21h (inédito), quinta-feira, às 13h e domingo, às 4h30 (reprises)

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE



CULTURA DA PAZ

Campeão da conciliação no ranking nacional, o TJMG pretende investir ainda mais na cultura da paz e em outros meios de autocomposição. Quais são os indicadores e padrões para alcançar essa meta? Como fica a segurança jurídica? O Pensamento Jurídico recebeu a terceira vice-presidente do TJMG, desembargadora Ana Paula Nanneti Caixeta, que esclareceu as principais dúvidas sobre o tema. (foto)

INTERIORIZAÇÃO

Minas Gerais é um estado continental, com 853 municípios e aberto por 298 comarcas. Qual a importância da interiorização das ações do TJMG? Como atualizar os magistrados sobre inovações legislativas e jurisprudenciais? O programa convidou o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), desembargador Renato Luís Dresch, para falar sobre o assunto.

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA

A racionalização dos julgamentos é uma das metas da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais para dar mais eficiência, qualidade e satisfação aos usuários do sistema de Justiça. Quais são os meios para alcançar esse desafio? Para falar sobre o assunto, o Pensamento Jurídico conversou com o desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, corregedor-geral de Justiça do estado.

MISSÕES ELEITORAIS

O TSE convocou organizações da sociedade civil e instituições de ensino superior, públicas e privadas, a se credenciarem para Missões de Observação Eleitoral Nacional nas eleições gerais de 2022. Qual é o papel dessas missões? Para responder a essa pergunta, o Pensamento Jurídico entrevistou o presidente Adep-MG, defensor público Fernando Campelo Martelletto, que integrará uma das missões.

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

O juiz Marcelo da Cruz Trigueiro, da 2ª Vara de Feitos Tributários da Comarca de Belo Horizonte, e o advogado Valter Lobato, presidente da Associação Brasileira de Direito Tributário, foram convidados pelo Via Justiça para falar sobre o contencioso tributário no Brasil. Como melhorar o atual cenário? Quais caminhos apontam para a solução da litigiosidade excessiva? Quais as possíveis alternativas? (Foto)

ACESSO À INFORMAÇÃO

O Via Justiça convidou o desembargador Bruno Terra Dias e a advogada Cristiana Fortini, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, para fazerem um balanço dos dez anos da Lei de Acesso à Informação. Antes da lei, não havia garantia de acesso a informações públicas ou prazo para respostas a pedidos. Quais avanços e o que mudou nesse período?

INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA

A investigação defensiva tem suscitado debates na comunidade jurídica. O desembargador Henrique Abi-Ackel Torres e o defensor público de Minas Gerais Luiz Antônio Barroso Rodrigues esclareceram o que é a investigação defensiva, como esse procedimento tem sido inserido no ordenamento jurídico, e como o juiz e demais operadores do direito devem agir nos casos de investigação defensiva.

ORATÓRIA

Quais os estilos de oratória da acusação e da defesa que devem prevalecer? Como convencer os jurados da força das teses apresentadas? Essas e outras perguntas foram respondidas pelo juiz Cleiton Luis Chiodi, da 3ª Vara Criminal e do Tribunal do Júri da Comarca de Caratinga, e pelo promotor de Justiça Vinícius Alcântara Galvão, autor do livro - “O júri e sua retórica - A lógica do discurso”.

VIA JUSTIÇA



CANAIS E PROGRAMAÇÃO

TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

TV Assembleia:

Net e Oi TV (11), Sinal aberto digital (61,2) e analógico UHF (35)

Horários:

TV Justiça: quarta-feira, às 9h30 (inédito), domingo às 21h e terça às 4h (reprises)

TV

Assembleia

Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE





2015

Os 60 anos da Amagis e a união da Classe foram a capa do DECISÃO de setembro de 2015

COMUNICAÇÃO



2021

Em setembro de 2021, o DECISÃO destacou a consultoria sobre a previdência a 400 associados



INSCRIÇÕES ABERTAS

Prêmio Amagis de Jornalismo valoriza o papel da Magistratura na sociedade

Estão abertas, até o dia 1º de novembro, as inscrições para o Prêmio Amagis de Jornalismo de 2022. Em contraposição às fake news e em favor da valorização do jornalismo profissional, a iniciativa tem como objetivo estimular a produção de reportagens sobre a importância do Judiciário e da Magistratura para a sociedade.

A premiação conta com apoio de instituições como a Associação Mineira de Rádio e Televisão (Amirt), cujo presidente Luciano Corrêa Pimenta Peres e o vice-presidente da entidade, Mayrink Pinto de Aguiar Júnior, foram recebidos pelo presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, na sede da Associação, no dia 11 de julho, para firmar a parceria.

No dia 30 de agosto, o presidente Luiz Carlos encontrou-se, na sede do Estado de Minas, com o diretor-presidente do jornal, Álvaro Teixeira da Costa, e o diretor-executivo, Geraldo Teixeira da Costa Neto, para divulgar o concurso.

CATEGORIAS

Poderão ser inscritos matérias publicadas em jornais impresso, internet (sites e blogs), e que tenham sido veiculadas nas emissoras de televisão e rá-

TIAGO PARRELA



Diretores da Amagis e da Amirt discutiram ações de comunicação

dio, no período de 1º de novembro de 2021 a 1º de novembro de 2022. Haverá premiação dedicada aos jornalistas que atuam no interior do Estado e para o fotojornalismo.

Serão aceitas inscrições de matérias sobre mediação e conciliação na pacificação de conflitos, proteção à população de vulneráveis, decisões e atuação em defesa do meio ambiente, crescimento da presença feminina como forma de qualificar e pluralizar o Judiciário, alternativas

ao sistema prisional e ressocialização do indivíduo, papel dos juízes e juízas eleitorais na consolidação da democracia, e outras ações que reafirmam a importância social da Magistratura e do Judiciário na pacificação dos conflitos e garantia do Estado de Direito e da democracia.

O Prêmio Amagis de Jornalismo de 2022 também conta com os apoios da Associação Mineira de Municípios, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e Academia Mineira de Letras.

LEONARDO BOFF

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, prestigiou, no dia 5 de agosto, no TCE-MG, a palestra do teólogo, escritor, filósofo e professor Leonardo Boff, que falou sobre o tema "Amor: energia transformadora". A abertura do evento foi feita pelo conselheiro-corregedor do TCE, Durval Ângelo. Luiz Carlos estava acompanhado dos juizes Wenderson de Souza Lima e Afonso José de Andrade.

GEÓRGIA BAÇVAROFF



MAGISTRATURA NA MÍDIA

1 25/08/2022



Alexandre Kalil faz visita à Amagis em BH

LEIA A NOTÍCIA



2 27/08/2022



Presidente da Amagis defende decisão que interdito Ceresp da Gameleira

LEIA A NOTÍCIA



3 29/08/2022



Amagis promove Prêmio de Jornalismo 2022 para valorizar Imprensa e Judiciário

LEIA A NOTÍCIA



4 26/08/2022



Alunos de Divinópolis participam de palestras com desembargadores e juizes

LEIA A NOTÍCIA



5 18/08/2022



Comarca de Itabira terá núcleo de justiça restaurativa

LEIA A NOTÍCIA



6 12/08/2022



Mantena realiza campanha de arrecadação de livros para população carcerária

LEIA A NOTÍCIA



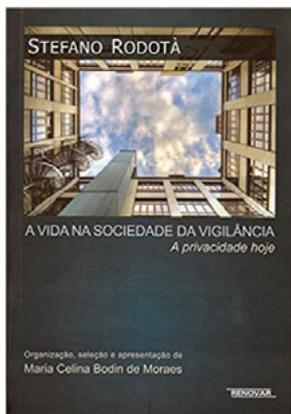
CURADORIA

JUÍZA ALINNE
ARQUETE

LIVRO

A vida na sociedade da vigilância

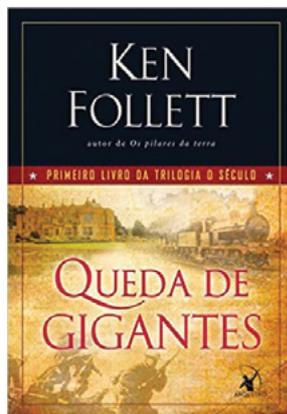
"Tenho gostado muito de ler sobre questões ligadas à privacidade, intimidade e a bioética, que perpassam por vários caminhos e não estão ligadas necessariamente à saúde. Por isso, indico o livro 'A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje', do escritor italiano Stefano Rodotà". Na obra, o autor problematiza as novas tecnologias e as busca de soluções para os conflitos por elas criadas, que respeitem a dignidade da pessoa humana e a democracia. O livro está disponível no formato impresso.

JUIZ THOMAS
ARANTES

LIVRO

Trilogia O Século

Trata-se de uma trilogia composta pelos livros 'Queda de Gigantes', 'Inverno no Mundo' e 'Eternidade por um Fio'. Cada um deles tem quase mil páginas. No entanto, é uma leitura que vale muito a pena. O autor, Ken Follet, aborda a primeira e a segunda guerras mundiais, e a chamada guerra fria. A partir dos personagens (fictícios), o escritor vai explorar acontecimentos reais nos livros. A trilogia foi publicada pela editora Arqueiro e está disponível no formato impresso e e-book.

**Entre o norte e o poente**

TIAGO PARRELA

Os músicos mineiros Cristiano Vianna (violonista) e Marcelo Chiaretti (flautista), que tocam juntos há mais de 18 anos, em grupos de choro e música brasileira, como o 'Copo Lagoinha', lançaram, em 2018, o disco "Entre o norte e o poente", álbum instrumental que reúne 13 composições feitas por eles em parceria.

Vianna destacou que o disco pode ser dividido em duas categorias, uma com sonoridade de grupo de choro (com cavaquinho, violão e pandeiro) e outra de 'bossa-jazz' brasileiro (com baixo, bateria, piano e guitarra).

Segundo Vianna, a ideia do título do álbum, e uma das faixas do disco, faz referência a uma passagem do livro Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, na qual o autor mineiro, nascido em Codisburgo (região Central), disse: "Rios bonitos são os que correm para o Norte e os que vêm do poente".

"Virou nome de música e depois pegamos essa frase como

uma metáfora aberta. Acho que tem um pouco a ver com o processo de composição em duo, sempre procurando um lugar entre duas escutas, entre dois modos de ver, entre duas imaginações, entre dois outros lugares", observou Vianna para quem a parceria com Chiaretti corre assim há 8 anos, com temas que vão sendo construídos aos poucos, com ambos lapidando e transformando ideias.

O disco está disponível para escuta na plataforma Spotify, cujo aplicativo pode ser baixado nas lojas virtuais da Google Play e Apple Store, podendo ser adquirido ainda na Fundação de Educação Artística, em Belo Horizonte.



Capa do disco instrumental

AMAGIS EM IMAGENS

AMAGIS



Lançamento do livro sobre Oscar Dias Corrêa



Juiz Wagner Cavaliere (direita) em entrevista na Rádio Itatiaia



Juiz Fernando Humberto recebe homenagem

AMAGIS



Luiz Carlos com o ministro do STJ Sebastião Reis



Magistradas na abertura do Congresso do ICP

IZABELA MACHADO



Magistrados e Paulo Brant recebem troféu Inconfidentes

TRANSPARÊNCIA

Conselho Gestor de Saúde aprova contas de 2022 do plano

O Conselho Gestor de Saúde aprovou, no dia 31 de agosto, as demonstrações contábeis da Amagis Saúde, referentes ao primeiro semestre de 2022. Os cálculos foram apresentados pela empresa Dhis Contabilidade, que presta assessoria ao plano.

A reunião foi realizada no modelo híbrido (presencial e por meio remoto) e contou com a participação do presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, o vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco dos Santos, a

vice-presidente Administrativa, juíza Rosimere das Graças do Couto, e o diretor de Saúde, desembargador Edison Feital Leite.

A diretora financeira da Amagis Saúde, juíza Flávia Birchal de Moura, o desembargador Guilherme de Azevedo Passos, a juíza Josselma Lopes da Silva, os juizes Renato Luiz Faraco, Elexander Camargos Diniz, Fabiano Garcia Veronez e José Maria dos Reis, que são membros do Conselho Gestor de Saúde, também participaram da reunião.

IZABELA MACHADO



Conselho Gestor avalia os demonstrativos financeiros

NOVOS CREDENCIADOS

CIDADE	ESPECIALIDADES	NOME DO PRESTADOR	ENDEREÇO	TELEFONE
ALFENAS	HOSPITAL GERAL	SANTA CASA DE ALFENAS	RUA MARTINS ALFENAS, N° 1616, CENTRO	(35) 3299-6403
CURVELO	ANÁLISES CLÍNICAS	LABORATÓRIO SAÚDE E VIDA	AV. DEPUTADO RENATO AZEREDO, N° 28, BELA VISTA	(31) 3722-3298
JANAÚBA	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, MASTOLOGIA, ORTOPIEDIA E TRAUMATOLOGIA, ULTRASSONOGRAMA, DOPPLER, ELASTOGRAFIA	INSTITUTO ROBLETOS	RUA GOVERNADOR VALADARES, N° 487, 2° ANDAR, SÃO GONÇALO	(38) 3821-7751 (38) 99965-7751
PASSOS	ANGIOLOGIA, CIRURGIA VASCULAR E DERMATOLOGIA	LOBUE & PIANTINO SERVIÇOS EM SAÚDE	RUA SANTA CASA, N° 101, SALA 208, CANJERANUS	(35) 3413-0065 (35) 99968-0065 (35) 98708-0060
POÇOS DE CALDAS	MEDICINA NUCLEAR (CINTILOGRAFIA)	DIMEN MEDICINA NUCLEAR	RUA VICTOR MARCHESI, N° 99, VILA FLORA II	(35) 3715-5247 (35) 3714-3721
JACUTINGA	MEDICINA LABORATORIAL	CBA CENTRO DE ANÁLISES E DIAGNÓSTICOS	RUA MARECHAL DEODORO, N° 845, CENTRO	(35) 3443-2008

Corrida gera vários benefícios à saúde

Como parte das ações voltadas para a atenção à saúde dos associados, a Amagis e a Amagis Saúde promoveram, no dia 28 de agosto, a 1ª Corrida de Rua da Associação, com a participação de centenas de magistrados e seus familiares.

Entre os benefícios gerados pela corrida à saúde, estão a redução do risco de doenças, como as cardiovasculares, diabetes, alguns tipos de câncer e depressão. Com o aumento do gasto calórico, a prática desse esporte também é recomendada para quem pretende perder peso.

Ao contrário do que se pensa, para obter esses benefícios não é preciso correr longas distâncias. A prática regular da corrida, em tempos médios de 30 minutos, contribui para melhorar a qualidade de vida. No entanto, é importante consultar um especialista para melhor usufruir dos efeitos positivos da corrida. **Veja ao lado algumas vantagens desse esporte para o corpo.**

AMAGIS



Competições da Amagis incentivam uma vida saudável



CORRIDA PARA A SAÚDE

- Melhora a qualidade do sono
- Aumenta a disposição para a rotina diária
- Contribui para o controle da pressão arterial
- Reduz o risco de diabetes, infarto e AVC
- Fortalece a musculatura
- Queima calorias e ajuda a emagrecer
- Fortalece os ossos
- Contribui na prevenção da osteoporose
- Aumenta a expectativa de vida
- Combate a ansiedade e a depressão

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA

Por que solicitar?

A autorização prévia garante agilidade no atendimento a associados que realizarão exames, inclusive para diagnóstico da Covid-19, para os quais há Diretrizes de Utilização (DUT), cujos critérios são estabelecidos pela ANS ou conforme regras previstas no regulamento do plano.

Como solicitar?

A autorização prévia pode ser solicitada pelos e-mails autorizacao@amagis.com.br ou pedido@amagis.com.br.

Qual informação enviar?

É imprescindível enviar solicitação médica, com justificativa, para avaliação da auditoria médica da Amagis Saúde.

Dúvidas

Entre em contato com o setor de atendimento da Amagis Saúde pelos telefones (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 e (31) 3079-3481, de segunda a sexta-feira das 7h às 18h ou ainda, pelo plantão telefônico (31) 99977-2860 ou (31) 3079-3454.

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Jair Francisco dos Santos

DIRETOR DE SAÚDE
Edison Feital Leite

DIRETORA FINANCEIRA
Flávia Birchal de Moura

CONSELHO GESTOR:
SEGUNDA INSTÂNCIA
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Valéria Rodrigues Queiroz
Guilherme Azeredo Passos

JUIZES DA CAPITAL
Flávia Birchal de Moura
Renato Luiz Faraco
Suplentes

Clayton Rosa de Resende
Cláudia Aparecida Coimbra Alves

JUIZES DO INTERIOR
Elexander Camargos Diniz
Josselma Lopes da Silva Lages
Suplentes
Fabiano Garcia Veronez
Marcelo Carlos Cândido

APOSENTADOS
Ana Maria de Oliveira Froes
José Nicolau Masselli

SUPLENTES
Maura Angélica Ferreira
José Maria dos Reis

OUIDOR DA AMAGIS SAÚDE
Auro Aparecido Maia de Andrade

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Imprimaset

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

INCENTIVO AO ESPORTE

Corrida da Amagis promove a integração e a saúde dos magistrados

AMAGIS



Largada da prova foi dada na Praça JK, em Belo Horizonte

Em clima de descontração, magistrados e magistradas mineiras ocuparam a Avenida Bandeirantes, aos pés da Serra do Curral, em Belo Horizonte, para disputar as provas de três, cinco e dez quilômetros, da 1ª Corrida da Amagis, promovida pela Associação e a Amagis Saúde no dia 28 de agosto.

Como as provas foram de regularidade, subiram ao pódio os três melhores tempos nas categorias masculino e feminina das distâncias de cinco e dez quilômetros. O percurso de três quilômetros teve caráter participativo e, ao final da corrida, todos os atletas foram premiados com medalhas.

A largada da prova foi dada pelo presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, que, ao lado da esposa Juliana Tolentino, completou o percurso de cinco quilômetros. “Foi uma manhã muito alegre. Ficamos felizes em receber os colegas para nossa 1ª Corrida e Caminhada da Amagis. Iniciativas como essa são uma grande oportunidade para estreitar os laços em um momento de confraternização e bem-estar”, comentou.

Segundo o vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco, que participou da

caminhada de três quilômetros, ações como a corrida não só incentivam hábitos saudáveis, como são importantes para a integração da Magistratura mineira. “Eventos como a corrida favorecem a integração da Classe, revigoram nosso entusiasmo e estreitam as relações com nossos colegas, amigos e familiares”, afirmou.

Na avaliação do diretor de Esportes da Amagis, juiz Thiago Gandra, a corrida cumpriu seu objetivo ao promover a integração e o incentivo à prática da atividade física. “É muito importante termos oportunidade de confraternizar fora do ambiente de trabalho e reencontrar colegas que não vemos há muito tempo”, disse.

Para a diretora de Esportes Especializados da Amagis, juíza Cláudia Helena Batista, a prática de atividade física é uma aliada no dia a dia dos magistrados, no desempenho de sua atividade profissional. “É muito importante colocar o esporte na nossa vida, que já é tão pesada. Se tivermos saúde e qualidade de vida, nossa produtividade melhora. Por isso, convido sempre os colegas a praticarem uma atividade física”, argumentou.

“O evento foi maravilhoso. Acho muito importante que todos os magistrados pratiquem atividade física porque esporte é saúde, e nós precisamos de magistrados com bastante saúde para aguentar o rojão do dia a dia”

Desembargador Cristiano Lago

“A corrida é uma atividade que ajuda não só fisicamente como mentalmente. Ela nos possibilita colocar leveza na nossa vida e nosso dia a dia, que já tem uma carga muito pesada. A Amagis precisa repetir essa iniciativa positiva”

Desembargadora Áurea Brasil

“Gostei demais dessa primeira corrida promovida pela Associação. A organização e o kit da corrida estão excelentes. A Amagis acertou em cheio e espero que o evento se torne uma tradição da Magistratura mineira”

Vinicius da Silva Pereira

Juiz da Comarca de Governador Valadares

“A organização da corrida foi maravilhosa. A Amagis está de parabéns. Foi muito bom aproveitar o dia nesse ambiente de descontração e alegria. Espero que ano que vem tenha mais, ou até mesmo antes”

Renata Nascimento Borges

Juíza da Comarca de Brumadinho

ESPORTE

Descontração, confraternização e união marcaram 1ª corrida da Amagis

FOTOS: IZABELA MACHADO E TIAGO PARRELA



Magistrados e magistradas participaram e vibraram com suas conquistas na prova da Amagis